

mudar
a



vida

publicação do graal

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos

EXPERIMENTAR • INOVAR • TRANSFORMAR

BRECHAS

Múltiplas são as vias de transformação social, desigual a sua eficácia.

Destruir as instituições, os códigos, as hierarquias para as substituir, rapidamente, pela sua sombra? Já tivemos ocasião de ver o que daí resulta: uma nova «religião», novos «notáveis», novas palavras de ordem. . .

Confiar ao Estado, seja ele liberal avançado ou socialista científico, o cuidado de «fazer» as mudanças e de as programar? Sabemos já que o poder atinge pouco o fundo das coisas, detesta a desordem, o marginal, o espontâneo. . .

Jogar no interior do sistema social, sobre as múltiplas brechas que se abrem nas aspirações, nos desejos, na percepção das necessidades e projectos individuais. . . Tal é a perspectiva que melhor nos parece corresponder à sensibilidade de hoje. Sensibilidade difusa em todo o corpo social, e não apenas nas camadas jovens. Recusa do encerramento no militantismo, com as suas ideologias; no jogo político, com os seus «programas» e a sua recuperação permanente; nos aparelhos e nos ritos institucionais. Desejo de

fuga e de deserção, mas também desejo de alternativas, de acção directa, de mudança de direcção do quotidiano.

Cessar de combater por uma causa (as causas rapidamente nos desgastam), não atacar frontalmente um sistema pesado (os sistemas acabam por nos integrar ou cilindrar. . . Antes penetrar o curso normal das coisas, fazer inflectir de alguns graus o funcionamento das máquinas sociais (práticas médicas, vida de bairro, animação cultural), experimentar novos modos de vida e novas formas de acção colectiva, que levem cada um a tomar a sua vida em mãos.

Tal é a utopia (ou antes a realidade) que começamos a encontrar por toda a parte na base, mas que a política se mostra ainda incapaz de compreender. Um borbulhar de grupos, de iniciativas locais. Uma sede de comunicação, de «inter-relações».

*Henry Dougier
in «Innovations sociales»
Autrement, 5/76*

O QUE É PRECISO MUDAR?

Face à necessidade de fazer avançar a procura de uma estratégia concreta, ao serviço de uma transformação social global que não seja exclusivamente referida ao Estado, há quatro tarefas que me aparecem como essenciais e susceptíveis de constituir pontos de convergência sólidos:

1. DESENVOLVER NA SOCIEDADE ESPAÇOS DE LIBERDADE E INICIATIVA

A sociedade civil — lugar das relações económicas e sociais — está hoje asfixiada pelo Estado. Essa a razão por que são hoje tão pouco numerosas as tenta-

tivas de experimentação social. Não basta acusar a sociedade capitalista para justificar esta situação. Se as inovações sociais são mais numerosas nos Estados Unidos e nos Países Baixos do que na França, não é por estes países serem menos capitalistas: é, antes de mais, porque o Estado é aí menos omnipotente, permitindo que uma sociedade civil mais viva possa existir. Importa, pois, alargar esses espaços de criatividade social, em vez de os reduzir, e criar possibilidades para que um número cada vez maior de grupos e de colectividades possam desenvolver actividades autónomas de

formação, de serviço da colectividade, de comunicação, de organização da sua vida social.

O socialismo só tem sentido nesse movimento contínuo de expansão da iniciativa dos indivíduos e dos grupos. É aí que as aspirações de autonomia, em torno das quais se condensa o essencial das preocupações de numerosos novos movimentos sociais — movimento das mulheres, movimentos regionais ou movimentos ecologistas — poderão encontrar resposta.

2. REDUZIR O ESTADO E READAPTAR AS SUAS TAREFAS

Reconstruir a sociedade civil implica readaptar as tarefas do Estado. Isto quer dizer que não basta que o aparelho estatal descentralize algumas das suas prerrogativas, estendendo-as às colectividades locais ou regionais. É preciso reduzir e transformar esse mesmo aparelho. Ora isso não se fará sem dificuldades. Com efeito, o centralismo tornou-se, de há dois séculos para cá, o principal meio de garantir a igualdade de todos os cidadãos. É preciso ter a coragem de romper com essa visão que confunde a igualdade com a uniformidade.

A própria concepção de um sistema educativo concebido em termos nacionais é um triste exemplo da incapacidade da sociedade conceber a igualdade social fora dos espartilhos de pesados monopólios institucionais. É preciso ter a coragem de dizer que a escolha não está hoje apenas entre a gestão pública centralizada e a gestão privada, ávida de lucro. Existe uma outra via: a da iniciativa de colectividades «privadas», compostas por pessoas ou associações que não tenham outros objectivos senão os de prestarem um serviço a si próprias.

Desestatizar a sociedade é proporcionar a todos os que o desejam a possibilidade de se prestarem a si próprios os serviços «públicos» de que têm necessidade, garantindo-lhes como única base condições de igualdade financeira com os órgãos que o Estado continuará a gerir para todos os outros cidadãos.

3. REDEFINIR AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos encontram-se, no essencial, centrados sobre o Estado, procurando preservar ou conquistar o seu controlo. Por isso a sociedade política se confunde, hoje, com o Estado. Para que uma verdadeira sociedade política — lugar de debates e de escolhas colectivas — possa existir, os partidos terão que deixar de se identificar com o Estado. Actualmente os partidos políticos são incapazes de preencher esta função, na medida em que pretendem, simultaneamente, enquadrar os movimentos sociais, através de organizações de massa, e gerir o Estado. Ao definirem-se, pelo contrário, como agentes de articulação entre a sociedade política e o Estado, deixando aos movimentos sociais plena autonomia, os partidos políticos encontrarão uma força nova.

4. CONVERTER OS MILITANTES EM NOVOS EMPRESÁRIOS

O militante define-se, muitas vezes, como o agente de uma organização, ao serviço da qual ele organiza, canaliza e transmite as reivindicações sociais. Isto significa que ele desempenha um papel decisivo no reforço de um certo modelo de Estado. Uma soma considerável de energia social é, assim, confiscada à própria sociedade, em benefício de um modo de expressão das necessidades sociais que só pode conduzir a um impasse. Se essa energia fosse investida na construção e na experimentação social, ela constituiria um formidável meio de transformação social, fecundando o quotidiano de uma massa de «revoluções» imediatas. Numa palavra, os militantes políticos poderiam converter-se em novos «empresários» da transformação quotidiana da sociedade, em lugar de permanecerem apenas arautos de uma mudança que está para vir.

Pierre Rosanvallon
in «L'Etat en état d'urgence»
Nouvel Obs. n.º 670

QUE PALAVRA?

Que nos importa a nós, cavaleiros das terras frias, que o rei seja substituído pelo primeiro secretário ou o burguês pelo comissário? Perdoai-nos a pouca fé que temos: regressamos de terras distantes e já vimos demasiadas coisas.

Dizeis: «Conosco o povo comerá à saciedade». Se assim fôr, se verdadeiramente acabardes com a fome, seremos os primeiros a alegrar-nos. Porque sabemos o que é a fome; já passámos por ela. Na luta pelo pão, pela paz, pela liberdade, estaremos certamente na primeira linha.

Dizeis: «A cada um segundo as suas necessidades». De acordo. A divisa é também nossa. Mas quem conhece as nossas necessidades? Quem ousará vencer-me a mim do que são as minhas necessidades? Possivelmente nenhum de vós conhece o que me é necessário...

Quem pode saber de que é que o povo tem fome? De bifés de vaca, de coca-cola, de açúcar em pó, de um automóvel, de uma televisão? Quem sabe se de uma palavra... Mas que palavra?

Maurice Bellet
in «Le lieu du Combat»
Desclée, 1976

O LUGAR DA EXPERIMENTAÇÃO SOCIAL

Na confluência de práticas sociais nascentes e de intuições teóricas ainda balbuciantes, o tema da **experimentação** começa a abrir caminho. Caminho ainda pouco frequentado, é certo. Mas caminho que atrai um número crescente de militantes empenhados na procura de uma prática nova, especialmente os militantes que a si próprios se concebem como «empresários» de uma sociedade nova. Definir e pôr em prática alternativas concretas aos modelos institucionais tradicionais, tentar experiências novas que sejam portadoras de novas relações sociais — tais são as formas essenciais que assume a militância dos que já não se contentam com o combate político tradicional, quer porque o julgam insuficiente, quer porque se lhe tornaram totalmente indiferentes.

No borbulhar de múltiplas experiências — medicina de bairro, escolas novas, rádios livres, habitat comunitário, etc. — novas formas de vida social tentam vir à luz. Tentativas muitas vezes marginais, flutuantes, mas portadoras de futuro.

As resistências a vencer são, sem dúvida, numerosas: resistências administrativas, regulamentares, financeiras, institucionais. As que constituem, porém, um obstáculo mais forte são as resistências de ordem cultural. Trata-se de uma acção necessariamente desvalorizada, porque a «teoria» não pode deixar de lhe atribuir o estatuto de «reformista» ou de «marginal/utópica». Ora é impressionante ver até que ponto o medo da heterodoxia se pode tornar intimidante, acabando por se converter, pelo menos em certos casos, em obstáculo decisivo. Basta por vezes agitar a acusação de «recuperação» ou de «integração» para fazer recuar os militantes mais decididos. Quantas práticas cedem envergonhadas e quantos militantes se deixam culpabilizar só porque a teoria não dá certificado de «normalidade» às suas acções!

PARA ALÉM DOS MODELOS TRADICIONAIS

O que está em causa é a concepção revolucionária clássica da transformação social. O social-estatismo constitui um obstáculo decisivo a uma prática política de experimentação, na medida em que veicula uma representação demasiado mecanicista e centralista da transformação social. Num tal quadro cultural, a experimentação não tem lugar e é automaticamente condenada a converter-se num instrumento reformista ou utopista.

Acontece, porém, que as representações sociais associadas ao centralismo e ao estatismo começa a

entrar em crise, a estalar pelas costuras, e isso torna possível a emergência de um novo pensamento sobre a transformação social. Enquanto o raciocínio se move no quadro de um tempo e de um espaço homogêneos, a única solução é instituir, pelo acto revolucionário, um novo tempo e um novo espaço. Quando o tempo e o espaço deixam de ser percebidos em termos homogêneos e totalitários, estão criadas as condições para que se possa desenvolver **uma estratégia de experimentação social** baseada sobre as contradições, os interstícios, as divisões e as falhas das instituições e das redes de relação que estruturam a sociedade. A experimentação pode assim produzir um «espaço diferencial», segundo a sugestiva expressão de Henri Lefèvre, para além das barreiras criadas pela separação «centro/margem» que nos servem hoje de referência. É precisamente nas fracturas e nas brechas desse espaço que alguma coisa de novo, de diferente, se poderá produzir. (...)

A estratégia de experimentação põe, assim, em questão as categorias dos pensamentos revolucionários tradicionais, na medida em que se enraíza em outras representações do tempo e do espaço. Ela, não pretende ser nem uma estratégia de reformas graduais nem uma estratégia de constituição de pequenas ilhas de socialismo. Inscreve-se nos lugares e nas contradições de um tempo e de um espaço dados, para neles produzir a inversão institucional e a subversão. É, simultaneamente, uma estratégia de luta e uma estratégia de construção do socialismo.

A oposição escolástica «reforma/revolução», a nova cultura política substitui a dialéctica produtiva «**experimentação/transformação da instituição**». Ela não nega a necessidade de conquista do Estado, mas torna manifesto que essa conquista só conduzirá à sua transformação e à redução das funções do seu aparelho, quando existir uma sociedade civil viva e empreendedora. A uma concepção uniforme e unificada do socialismo, opõe uma visão do socialismo como sociedade em construção, diversificada. Porque não é só na história concebida em termos de tempo que se jogam as rupturas e as mudanças; é também **no presente do espaço** — no seu coração e não na sua margem.

*P. Rosanvallon / P. Viveret
in «Pour une nouvelle culture politiques»
Seuil, 1977*

DUAS VIAS

Há duas vias:

A primeira não é uma via, porque nos conduz imediatamente ao centro, na ignorância do caminho.

A segunda também não é uma via, porque nada está traçado: é preciso inventar o caminho à medida que se vai avançando.

*Maurice Bellet
ibidem*

ESPAÇOS PARA A QUESTÃO DE DEUS

«Pequenas comunidades», «grupos informais», criação de «colectivos» que permitam encontros maleáveis e pontuais... um conjunto de iniciativas que parecem ter traços comuns: a recusa das grandes instituições, o desejo de proporcionar a cada um a oportunidade de se fazer ouvir na sua particularidade, de se apropriar dos instrumentos do saber, de reencontrar a força do seu desejo e uma fé genuína, capaz de lhe restituir a sua capacidade criadora.

Criar espaços no interior das nossas instituições demasiado sobrecarregadas, lugares-sem-nome que põem em questão as nossas designações habituais, é, simultaneamente, operar uma ruptura no sistema de produção e consumo de objectos a que a sociedade nos condena.

Encerrados no círculo das necessidades, onde só o que é utilitário é considerado importante, arriscamos-nos a perder, pouco a pouco, o sentido da relação gratuita com o outro, com «qualquer coisa de diferente», não directamente útil.

Mesmo na cultura ou na religião, procuramos o que se pode consumir de forma imediata, o que traz resposta à nossa necessidade de saber ou de agir, mas não damos tempo para deixar emergir em nós o desejo mais fundamental subjacente à nossa procura individual e colectiva: «No fundo, o que desejamos? Porque fazemos isto e não aquilo? O que é que nos faz viver e nos anima? O que é que conta, para nós? Onde está o nosso tesouro, onde está o nosso coração? Que questões nos recusamos a ouvir? Que realidades nos recusamos a ver?»

Esta experiência, que abre o horizonte do nosso desejo, surpreende-nos por vezes, em momentos a que chamamos de «passagem pelo vazio» — «momentos críticos» que atingem quer os indivíduos, quer os

grupos sociais, quer mesmo uma cultura no seu conjunto. Mas podemos também fazê-la em tempos que consideramos «mortos» — tempos de paragem que escolhemos viver no meio da multiplicidade das nossas actividades quotidianas.

Tempos de repouso, em que temos que fazer parar o nosso cinema interior, as nossas preocupações de empreender e de organizar, para deixarmos que as pessoas e as coisas nos apareçam como realmente são e refazermos com elas a «aliança» esquecida ou traída...

Tempos de criação, onde, por trás dos nossos discursos bem construídos, redescobrimos palavras simples, hesitantes, abertas como um poema — palavras que não temos consciência de ter guardado dentro de nós, mas que nos surpreendem em momentos de dor e de alegria, em momentos em que vencemos a dúvida, a desconfiança ou o nada...

Tempos de nascimento e de morte, porque somos forçados a deixar a segurança das nossas terras pantanosas e a enfrentar o vazio das nossas evidências, das nossas respostas, das nossas questões pré-fabricadas. Cada um de nós, crente ou descrente, tende a proteger-se curvando-se sobre si mesmo, para evitar a partida...

É quando temos a coragem de nos pormos a caminho, para lugar onde brota o porquê das coisas da vida, que qualquer coisa começa, não só para nós, mas para todos os homens e mulheres que passam por esse lugar de trânsito. A nossa palavra torna-se então mais humilde e compromete-nos.

Yves Gernigon
in «Études»
Fev. 1977

NOVAS URGÊNCIAS

Com o Evangelho de Jesus Cristo surgem na história humana novas urgências, fonte de apelo e de experiência permanentes:

É urgente reconhecermos Deus naquilo que Ele é, e considerá-lo decisivo na esperança dos homens;

É urgente referirmo-nos a Jesus Cristo de forma absoluta, e darmos graças pelo que se passou na Páscoa e no Pentecostes;

É urgente amarmo-nos, é urgente perdoarmo-nos, é urgente partilharmos as nossas vidas e tornarmos-nos irmãos duma maneira nova;

É urgente que todos os homens sejam reconhecidos, principalmente os mais pobres;

é urgente que todos tenham a coragem de existir e que todos encontrem um sentido para a vida;

é urgente desfatalizarmos a existência humana;

é urgente fazer crescer em toda a parte a qualidade da vida;

é urgente que todos experimentem a alegria de realizar a sério a sua vocação de homens.

P. Liégé
Conferência ao Graal,
Julho 1976

Publicação mensal. Assinatura anual: 100\$00; número avulso: 10\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Propriedade e administração: GRAAL — Al. S.º António dos Capuchos, 4, 5.º, Lisboa. Composição e impressão: Silvas — Coop. de Trab. Gráficos, scarl.